O mundo para e resiste: greves na Bolívia, virada do Banco Mundial e enfermeiras que derrotaram a privatização

El mundo se detiene y se resiste: las huelgas en Bolivia, el cambio de rumbo del Banco Mundial y las enfermeras que vencieron a la privatización

The world stops and resists: Bolivia's strikes, the World Bank's turnaround, and the nurses who beat privatization

Rafaela Venturella De Negri e Armando De Negri Filho

Resumo: Neste informe, em nossa seção de Panorama Político-Econômico, analisamos a greve geral em curso na Bolívia contra o neoliberalismo extrativista, onde a resistência popular — camponeses, mineiros, setores indígenas — confronta a repressão estatal e o apoio estrangeiro ao presidente Paz. Nas Spring Meetings do FMI, o MENAFem expõe o silêncio violento da normalidade: as armadilhas dívida-austeridade funcionam como uma crise feminista, transferindo trabalho de cuidado não remunerado para as mulheres. Diante do Super El Niño, examinamos como a proibição das drogas impulsiona a destruição ambiental, empurrando a produção para fronteiras biodiversas e financiando a mineração ilegal. O Lancet Countdown 2026 revela o aumento da mortalidade por calor e a expansão da transmissão da dengue na Europa. Concluímos com uma proposta econômica feminista — cancelamento da dívida, justiça fiscal, sistemas públicos de cuidado, governança democrática — como central para desmantelar uma arquitetura global falida que prioriza credores em vez de vidas. Em nossa seção de Saúde, denunciamos a captura corporativa do NHS britânico pela Palantir, a misoginia dos Estados-Membros da OMS exposta na WHA79, e o estudo da Lancet que projeta até 22,6 milhões de mortes excessivas até 2030 devido a cortes na ajuda oficial ao desenvolvimento.

Palavras-chave: Economia feminista; dívida-austeridade; proibição de drogas; crise climática; Bolívia; FMI.

Resumen: *En este informe, dentro de nuestra sección «Panorama político-económico», analizamos la huelga general que se está desarrollando en Bolivia contra el neoliberalismo extractivista, donde la resistencia popular —campesinos, mineros, sectores indígenas— se enfrenta a la represión estatal y al apoyo extranjero al presidente Paz. En las Reuniones de Primavera del FMI, MENAFem denuncia el silencio violento de la normalidad: las trampas de la deuda y la austeridad funcionan como una crisis feminista, transfiriendo el trabajo de cuidados no remunerado a las mujeres. Ante el Super El Niño, examinamos cómo la prohibición de las drogas impulsa la destrucción ambiental, empujando la producción hacia fronteras ricas en biodiversidad y financiando la minería ilegal. El Lancet Countdown 2026 revela el aumento de la mortalidad por calor y la expansión de la transmisión del dengue en Europa. Concluimos con una propuesta económica feminista —cancelación de la deuda, justicia fiscal, sistemas públicos de cuidados, gobernanza democrática— como elemento central para desmantelar una arquitectura global fallida que prioriza a los acreedores en lugar de las vidas. En nuestra sección de Salud, denunciamos la captura corporativa del NHS británico por parte de Palantir, la misoginia de los Estados miembros de la OMS puesta de manifiesto en la WHA79, y el estudio de The Lancet que prevé hasta 22,6 millones de muertes excesivas para 2030 debido a los recortes en la ayuda oficial al desarrollo.*

Palabras clave: *Economía feminista; deuda-austeridad; prohibición de las drogas; crisis climática; Bolivia; FMI.*

Abstract: *For this report, on our Political-Economic Overview section, we analyze Bolivia's ongoing general strike against neoliberal extractivism, where popular resistance — campesinos, miners, Indigenous sectors — confronts state repression and foreign support for President Paz. At the IMF Spring Meetings, MENAFem exposes the violent silence of normalcy: debt-austerity traps function as a feminist crisis, transferring unpaid care work to women. Confronting Super El Niño, we examine how drug prohibition drives environmental destruction, pushing production into biodiverse frontiers and financing illegal mining. The Lancet Countdown 2026 reveals rising heat-related mortality and expanding dengue transmission across Europe. We conclude with a feminist economic proposal — debt cancellation, tax justice, public care systems, democratic governance — as central to dismantling a broken global architecture that prioritizes creditors over lives. In our Health section, we denounce Palantir's corporate capture of the UK's NHS, the WHO Member States' misogyny exposed at WHA79, and The Lancet study projecting up to 22.6 million excess deaths by 2030 due to ODA cuts.*

Keywords: *Feminist economics; debt-austerity; drug prohibition; climate crisis; Bolivia; IMF.*

Panorama político-econômico

Começamos novamente com a Bolívia e as greves gerais que já duram mais de 1 mês.

Junto à Bolívia, a Argentina, o Peru - que vai às urnas neste domingo para definir seu novo presidente, o Chile e o México têm sido palco de protestos, como vemos numa recente publicação do Democracy Now . Protestos liderados por sindicatos, estudantes e campesinos, todos ao redor de pautas similares: contra o empobrecimento da população, exigindo o pagamento de pensão a aposentados, o fim das medidas de austeridade e um sistema de seguridade social mais fortalecido, causas esperadas após os anos de governos neoliberais e suas medidas de desmonte e venda.

O People's World vem acompanhando os protestos da Bolívia que, atualmente com 100 pontos de bloqueio, já caracterizam um cenário de greve geral, com grande adesão da população Boliviana liderada pelos ponchos rojos.

"Por mais de dois meses, os povos indígenas e trabalhadores bolivianos têm protestado contra as medidas repressivas impostas pelo governo do presidente conservador Rodrigo Paz, no cargo desde 8 de novembro de 2025. Desde que assumiu, tem sido um ataque atrás do outro contra o padrão de vida e a estabilidade.

Seguindo a agenda de Paz, o parlamento da Bolívia eliminou a tributação sobre os super-ricos. O Decreto Presidencial 5503, emitido em dezembro, encerrou subsídios de longa data aos combustíveis e instituiu medidas de privatização. Posteriormente, os preços dos combustíveis dispararam. Combustíveis de baixa qualidade estão danificando carros e caminhões dos bolivianos, gerando custos com reparos.

Seu governo promulgou a Lei 1720 em abril, permitindo que pequenas propriedades rurais servissem como garantia para empréstimos bancários. Por meio de execuções hipotecárias, banqueiros e grandes proprietários de terra poderiam, assim, absorver cada vez menores lotes, transformando-os em grandes extensões para ampliar a mineração e a

agricultura em escala industrial. Os pequenos agricultores estão perdendo as proteções à posse da terra estabelecidas pela reforma agrária de 1953.

Tempos caóticos

Como era previsível, uma onda de oposição surgiu em resposta a todas essas medidas. Em 8 de abril, os povos indígenas dos departamentos de Pando e Beni, nas terras baixas da Amazônia, iniciaram uma marcha de 950 quilômetros até a capital da Bolívia, La Paz.

Já a principal central sindical do país, a Central Operária Boliviana (COB), exigia salários mais altos, melhores pensões, redução do preço da gasolina, limites para a privatização — e a renúncia do presidente Paz.

Juntos, os marchantes indígenas e os manifestantes da COB se reuniram em La Paz no dia 4 de maio. A COB representa poderosos sindicatos de mineradores e entidades trabalhistas de professores rurais, funcionários da saúde, trabalhadores do transporte e agricultores. No total, cerca de 70 sindicatos diferentes estavam presentes.

Uma aliança entre a FSTMB, federação dos sindicatos de trabalhadores de minas, e a CSUTCB, federação dos sindicatos de pequenos agricultores, foi emblemática da renovada unidade do movimento trabalhista contra o inimigo comum representado pelo presidente Paz.

Bloqueios de estradas apareceram em La Paz e na vizinha El Alto e se estenderam pelas rodovias que ligam a capital a Oruro, no norte amazônico. Até 29 de maio, 100 pontos de bloqueio estavam ativos em seis departamentos. Agora, bens essenciais não estão chegando às áreas periféricas. Trata-se essencialmente de uma greve geral."

Algumas ações de Evo Morales vêm sendo apontadas como motivadores iniciais da crise, porém - como destacado pelo artigo - o cenário se tornou crítico ao se juntarem às políticas neoliberais de La Paz com a intervenção dos Estados Unidos. Ao assumir o cargo, o La Paz restabeleceu as relações diplomáticas com os Estados Unidos e convidou a DEA (Agência Antidrogas dos EUA) de volta à Bolívia. Em resposta aos protestos, os Estados Unidos, em 15 de maio, uniram-se a oito governos regionais de direita em um comunicado apoiando o presidente Paz e condenando a greve. O secretário-geral de um sindicato de agricultores de Cochabamba relatou a chegada, em 28 de maio, ao Departamento de Santa Cruz, de um avião de carga Hércules da Força Aérea dos EUA transportando "munições e pessoal militar norte-americano" e o relatório de Cochabamba menciona atividades de coleta de inteligência dos EUA no Departamento de Santa Cruz. Santa Cruz é um importante centro de agronegócio e de produção de petróleo e gás, cujas elites enriquecidas pelo extrativismo estiveram ao lado dos agentes externos durante o golpe de Estado de 2019. Hoje, segunda-feira, oito de junho, o governo de La Paz anunciou a aprovação da lei de Estado de Exceção, autorizando o aumento de força contra os manifestantes.

Trazemos aqui a tradução de um documento oficial da Central Obrera Boliviana informando sobre a decisão de manter os bloqueios nacionais, pedindo a não perseguição política de seus organizadores (vemos informações sobre prisões, agressões policiais e violação dos direitos humanos) e pedindo a não intervenção de figuras políticas no processo.

RESOLUÇÕES DA REUNIÃO AMPLIADA NACIONAL DE EMERGÊNCIA

A Central Operária Boliviana, juntamente com suas organizações afiliadas, não afiliadas, COD's, COR's, autoconvocados e com todos os setores que assinaram a aliança de unidade pela Bolívia.

A Reunião Ampliada Nacional da Central Operária Boliviana, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

PRIMEIRO. - Exigir o fim de toda perseguição judicial contra nosso secretário executivo Mario Argollo, a anulação dos mandados de apreensão emitidos contra ele, o retiro das denúncias e processos promovidos contra ele por instâncias políticas e governamentais, bem como contra os dirigentes sindicais e sociais, e a imediata libertação dos detidos dos diferentes setores mobilizados.

SEGUNDO. - Não permitiremos que nenhum político ou ex-autoridades do passado queiram se pendurar nesta luta legítima e reivindicatória dos setores sociais e sindicais.

TERCEIRO. - Continuar com a luta e não se participará de nenhuma instância de diálogo até conseguir a única demanda do povo mobilizado, que é a RENÚNCIA DE RODRIGO PAZ PEREIRA.

QUARTO. - REITERA-SE que todo ponto de bloqueio em nível nacional deve habilitar de maneira permanente corredores humanitários e rotas de emergência para ambulâncias, pacientes, pessoal de saúde, medicamentos, oxigênio medicinal, alimentos essenciais para hospitais e abrigos, pessoas com deficiência, mulheres grávidas, meninas, meninos, adolescentes, idosos e qualquer pessoa cuja vida, saúde ou integridade esteja em risco.

La Paz, 31 de maio de 2026

"A emancipação dos trabalhadores será obra deles mesmos”

Ainda sobre os malefícios das políticas neoliberais, recebemos com surpresa o novo relatório do BM apresentado na UNICAMP nos últimos dias de maio que - ao voltar atrás frente à décadas de políticas formuladas na instituição - retoma o Estado como figura central na política de desenvolvimento industrial. O relatório traz orientações práticas, baseadas em evidências de mais de 60 países e identifica 15 instrumentos de política industrial, organizados em três grupos: insumos públicos direcionados, incentivos de mercado e intervenções macroeconômicas. A grande revelação que o BM fez a si mesmo - porque o resto do mundo já sabia - foi essa: a política industrial nunca desapareceu, os governos que realmente foram triunfantes em seu desenvolvimento industrial sempre contaram com subsídios.

“No relatório, o diagnóstico é de que a visão anterior “envelheceu mal como um disquete”. “[O novo relatório é] basicamente um reconhecimento de que as evidências acumuladas ao longo dos últimos 30 anos mostram que vários países — ricos e em desenvolvimento — fizeram política industrial com resultados importantes.”

Segundo ele, o estudo mapeou experiências em mais de 180 países e concluiu que a política industrial tem maior possibilidade de ser replicada do que se imaginava nos anos 1990. “Os professores da Unicamp certamente dirão que essas evidências já existiam antes. Mas o importante é que agora o Banco Mundial reconhece isso institucionalmente.”

Chiliatto comparou o papel da instituição ao de um banco de desenvolvimento. “O Banco Mundial funciona, em certa medida, como um BNDES global. Ele oferece financiamento de longo prazo para infraestrutura, energia e políticas públicas, mas também leva conhecimento e experiências acumuladas em diferentes países.” Como exemplo, cita a parceria da instituição na criação do Bolsa Família. “Quando o presidente Lula lançou o programa, o Banco Mundial

participou do desenho da política, da concepção e da construção do Cadastro Único. Depois, essa experiência brasileira foi levada para vários países africanos", conta.

Segundo o diretor, países emergentes como Brasil, México, Colômbia e Indonésia passaram a defender que o Banco Mundial também pudesse atuar como parceiro em estratégias de política industrial. "Se o banco podia colaborar em políticas sociais, por que não poderia colaborar também em política industrial? Essa demanda foi crescendo ao longo do tempo." Para Chiliatto, o novo relatório representa justamente essa mudança institucional. "É uma revisão importante. Quando novas evidências mostram que uma posição estava equivocada, é preciso revê-la. Na ciência, é assim que funciona."

"O relatório recebe críticas tanto de economistas heterodoxos quanto ortodoxos. Muitos dizem que essa mudança ainda é tímida, e essa crítica faz sentido. O banco continua insistindo na importância de fundamentos como educação, infraestrutura, estabilidade macroeconômica e responsabilidade fiscal", destaca. Ainda assim, Chiliatto considera que a mudança já representa um passo significativo. "O fato de o Banco Mundial reconhecer explicitamente que políticas industriais podem funcionar e serem replicáveis já é uma transformação institucional importante."

Aproveitando o espaço para questionar os protocolos das Instituições Financeiras Internacionais, trazemos um novo texto de Attiya Waris, Especialista Independente da ONU sobre a dívida externa e os direitos humanos, sobre a necessidade de criação de um mecanismo permanente e global para a reestruturação da dívida soberana. A especialista argumenta que os atuais processos são lentos, desiguais e prejudiciais aos países em desenvolvimento, especialmente os africanos. A proposta central é que esse mecanismo seja sediado mais próximo dos devedores do que dos credores - permitindo uma melhor compreensão das realidades econômicas e das necessidades de desenvolvimento dos países endividados. Com uma perspectiva continental, o mecanismo seria vinculado à União Africana, ao Banco Africano de Desenvolvimento e ao Fórum Africano de Administradores Tributários, além de contar com a expertise da Comissão Econômica da ONU para o continente África.

O texto sugere que o novo mecanismo se inspire no atual Common Framework, mas supere suas limitações, especialmente a dependência da cooperação voluntária dos credores e a falta de incentivos para a participação privada. Para isso, propõe a criação de incentivos adicionais, como melhorias de crédito, cláusulas de ação coletiva e instrumentos de recuperação de valor. O mecanismo deve vir acompanhado de um sistema de alerta precoce aprimorado e deve ser aplicável tanto de forma preventiva quanto após o calote.

Os princípios fundamentais propostos incluem justiça, transparência, responsabilidade, eficiência e cooperação internacional, com base nos princípios da ONU para processos de reestruturação da dívida e nos princípios de legitimidade fiscal. A reestruturação deve ser ancorada em um quadro de direitos humanos, garantindo que os países devedores não sejam pressionados a adotar medidas fiscais regressivas que prejudiquem a proteção de direitos fundamentais.

Quanto às barreiras políticas, o texto reconhece que a resistência virá de credores que priorizam a segurança de sua riqueza. No entanto, aponta que países que compartilham desafios semelhantes, como os 22 países sujeitos a sobretaxas ou os 26 países na lista cinza ou negra de jurisdições não cooperantes, podem formar uma aliança para pressionar pela adoção do mecanismo. A solução proposta inclui três etapas: formar uma aliança de estados devedores, obter clareza sobre seus desafios comuns e ganhar apoio para a posição dentro de áreas de livre

comércio. As recomendações finais são cinco. Primeiro: a África do Sul deve usar sua liderança no G20 para recomendar o estabelecimento do mecanismo global e encomendar um estudo de viabilidade sobre moratórias automáticas da dívida e participação justa dos credores. Segundo: a União Africana, como membro permanente do G20, deve defender o mecanismo e mobilizar consenso global para reformas que garantam previsibilidade e inclusão. Terceiro: deve ser formado um "Clube de Devedores", reunindo países que pagam sobretaxas e aqueles na lista cinza, impulsionado por blocos regionais como a ECOWAS, SADC e COMESA. Quarto: os estados africanos devem adotar urgentemente a Agência Africana de Classificação de Risco de Crédito em vez das três grandes agências privadas sediadas nos EUA, que são não regulamentadas. Quinto: a União Africana deve liderar uma posição unificada pela repatriação urgente de ativos estatais no exterior, com base nas experiências do Egito, Marrocos, Tunísia e Líbia, e levando essa posição ao G20. As posições reforçam princípios de equidade, autonomia e solidariedade entre os países devedores.

> *O mecanismo deve ser baseado nos princípios de legitimidade fiscal, além dos princípios relevantes de direitos humanos. Os princípios de legitimidade fiscal incluem justiça, equidade, transparência, accountability (prestação de contas) e responsabilidade, bem como eficiência e eficácia.*
>
> *Justiça: Refere-se aos Princípios da ONU para Processos de Reestruturação da Dívida Soberana. Mais especificamente, esses princípios envolvem o seguinte: a soberania dos estados devedores deve ser mantida na formulação de suas políticas macroeconômicas; devedores soberanos e seus credores devem demonstrar boa-fé; todas as partes envolvidas no acordo de reestruturação devem agir de forma aberta e transparente; os envolvidos na reestruturação devem permanecer imparciais; todas as partes interessadas devem receber tratamento equitativo; os estados soberanos devem gozar de imunidade à jurisdição e julgamentos estrangeiros; a legitimidade de todos os aspectos da reestruturação deve ser assegurada; a solução de reestruturação deve ser sustentável; e o acordo de reestruturação deve ser aprovado pela maioria dos credores. Além disso, o roteiro e o guia da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) para acordos de dívida soberana preveem que os estados devedores incluam cláusulas de ação coletiva, cláusulas de resolução de disputas e cláusulas sobre suspensão de pagamentos e suspensão de litígios em seus instrumentos de dívida.*
>
> *Equidade: Quando um tomador soberano não consegue pagar suas dívidas, os credores são obrigados a agir de boa-fé e cooperar para reestruturar rapidamente as obrigações das partes.*
>
> *Transparência: Os devedores são obrigados a se comunicar com seus credores em tempo hábil caso uma reestruturação se torne inevitável. Isso virá acompanhado de demandas correspondentes para que as instituições financeiras se envolvam nas renegociações da dívida. Em primeiro lugar, os devedores devem garantir, antecipadamente, que os negociadores sejam totalmente transparentes sobre sua posição de negociação, incluindo quaisquer demandas que possam ter em relação às decisões de política fiscal. Em segundo lugar, as instituições financeiras devem apoiar o aumento progressivo da arrecadação de receitas. No mínimo, as instituições financeiras internacionais devem se comprometer explicitamente a não incluir quaisquer restrições a políticas progressivas de aumento de receita em suas próprias posições de negociação. Em terceiro lugar, essas posições de negociação devem ser baseadas em evidências.*
>
> *Accountability (prestação de contas): Os negociadores dos países não devem aceitar restrições à capacidade de seus países de aumentar receitas no futuro. Eles também não devem ser pressionados a direcionar o aumento de receitas para medidas fiscais regressivas, como o IVA, ou para medidas fiscais progressivas, como impostos sobre riqueza e impostos sobre lucros*

extraordinários. Além disso, os negociadores dos países devem resistir à pressão para não usar o espaço fiscal para proteger os direitos humanos por meio de gastos públicos inclusivos.

Responsabilidade: Os Princípios da UNCTAD sobre Promoção de Empréstimos e Tomadas de Empréstimos Soberanos Responsáveis estabelecem que a reestruturação da dívida é uma responsabilidade compartilhada tanto pelos credores quanto pelos tomadores soberanos.

Eficiência e eficácia: A maneira mais fácil e simples de arrecadar recursos financeiros é coletar grandes quantias de grandes contribuintes, o que seria o equivalente a coletar quantias menores de centenas de pequenos contribuintes. A primeira abordagem de arrecadação tem menor custo e é uma fonte maior de receita.

Cooperação e assistência internacional: Os Princípios Orientadores sobre Avaliações de Impacto nos Direitos Humanos das Reformas Econômicas exigem o uso do máximo de recursos disponíveis para a realização progressiva dos direitos humanos. Isso impõe aos estados a obrigação de gerar recursos potenciais de forma sustentável, o que exige que busquem assistência e cooperação internacional. Um exemplo de assistência e cooperação internacional seria a assistência financeira e técnica, como aquela obtida por meio da reestruturação da dívida.

Além dos princípios de legitimidade fiscal acima mencionados, a reestruturação da dívida deve ser ancorada em um quadro de direitos humanos, informada pelos Princípios Orientadores sobre Dívida Externa e Direitos Humanos (A/HRC/20/23) e pelo princípio dos direitos humanos de cooperação e assistência internacional.

Pulando de possibilidades de superação da estrutura da dívida para Assembleia Geral, trazemos comentários acerca do apoio dado no final de maio pela instituição, que ratifica a decisão da Corte Internacional de Justiça (ainda em 2025), reconhecendo a obrigação dos Estados de promover proteção e mitigação contra as mudanças climáticas. A resolução, elaborada por Vanuatu - uma nação insular do Pacífico que está na linha de frente da crise climática, cuja pátria corre o risco de desaparecer nos próximos anos - e por vários outros países, foi adotada após intensas discussões, incluindo múltiplas emendas propostas, com 141 votos a favor, oito contra e 28 abstenções. Os países que votaram contra foram Bielorrússia, Irã, Israel, Libéria, Rússia, Arábia Saudita, Estados Unidos e Iêmen.

“Quando a Corte Internacional de Justiça (CIJ), o principal órgão judicial da ONU, decidiu em julho de 2025 que os Estados têm a obrigação de proteger o meio ambiente das emissões de gases de efeito estufa, a decisão foi saudada como um avanço. O chefe da ONU a descreveu simplesmente como "uma vitória para o nosso planeta". A Corte também decidiu que, se os Estados violarem essas obrigações, eles são legalmente responsáveis e podem ser legalmente obrigados a interromper a conduta ilegal, oferecer garantias de que não se repetirá e fazer reparação integral, dependendo das circunstâncias.

Embora as opiniões consultivas da CIJ não sejam vinculativas, elas carregam significativa autoridade legal e moral – ajudando a esclarecer e desenvolver o direito internacional ao definir as obrigações legais dos Estados. A adoção pela Assembleia Geral da ONU na quarta-feira, dando seguimento à decisão, envia uma forte mensagem de que enfrentar a crise climática é um dever jurídico nos termos do direito internacional, e não apenas uma escolha política. "O mais alto tribunal do mundo falou", respondeu Guterres. "Hoje, a Assembleia Geral respondeu."

A resolução pede que todos os Estados-Membros da ONU tomem todas as medidas possíveis para evitar causar danos significativos ao clima e ao meio ambiente, incluindo as emissões produzidas dentro de suas fronteiras, e que cumpram seus compromissos climáticos

existentes sob o Acordo de Paris. Os governos são instados a cooperar de boa-fé e coordenar esforços continuamente para enfrentar as mudanças climáticas globalmente e garantir que as políticas climáticas protejam os direitos à vida, à saúde e a um padrão de vida adequado.

Em comunicado divulgado após a votação na Assembleia Geral, Guterres declarou que aqueles que são menos responsáveis pelas mudanças climáticas estão pagando o preço mais alto e que o caminho para a justiça climática "passa por uma transição rápida, justa e equitativa, dos combustíveis fósseis para as energias renováveis". O Secretário-Geral da ONU observou que as energias renováveis provaram ser a forma de energia mais barata e segura e que a meta de manter o aumento da temperatura global em não mais que 1,5 grau acima dos níveis pré-industriais ainda está ao nosso alcance."

O posicionamento de ratificação da instituição a CIJ encontra urgência, já que 2026 está sendo ameaçado pelas possibilidades destrutivas do que foi nomeado Super El Niño e será uma ameaça direta à vida de milhares de pessoas, se manifestando como novas ondas de calor, secas e incêndios florestais nos próximos meses, como alerta a OMM (Organização Meteorológica Mundial)

"A OMM, o órgão das Nações Unidas que monitora o clima e o tempo globais, afirmou que as condições de El Niño são resultado de águas oceânicas excepcionalmente quentes no Pacífico tropical. "Esta atualização é importante porque o El Niño é um dos principais drivers dos padrões climáticos e meteorológicos globais. Um oceano mais quente adiciona calor e umidade ao sistema climático, o que pode agravar os extremos climáticos, incluindo ondas de calor e chuvas intensas", disse a Secretária-Geral da OMM, Celeste Saulo, durante uma coletiva de imprensa.

"A ciência é clara: o El Niño está chegando à nossa porta nos próximos meses com 90% de certeza. O mundo deve tratá-lo como o alerta climático urgente que ele é. As condições de El Niño vão atiçar ainda mais o fogo de um mundo já em aquecimento", declarou o Secretário-Geral da ONU, António Guterres, em um comunicado em vídeo. "Os impactos atingirão ainda mais duramente, viajarão ainda mais longe e cruzarão fronteiras com velocidade devastadora."

Um artigo da The Lancet publicado na The Lancet Planetary Health publicado em abril deste ano e de título "Closer to the edge" que analisa, a partir da conferência de Santa Marta, como estamos nos momentos finais para colocarmos em curso uma transição significativa - em termos restaurativos - dos combustíveis fósseis.

"Em abril, em Santa Maria, na Colômbia, os Países Baixos e a Colômbia co patrocinaram uma conferência onde uma chamada coalizão de nações dispostas poderia discutir seriamente como eliminar gradualmente o uso de combustíveis fósseis. As evidências científicas, compiladas sob os relatórios do IPCC, há muito deixam clara a necessidade de eliminar os combustíveis fósseis para evitar as piores consequências das mudanças climáticas. No âmbito do processo da COP da ONU, qualquer adoção multilateral de políticas para acabar com o uso de combustíveis fósseis tem sido efetivamente bloqueada por estados petroleiros e pela influência corporativa. A conferência de Santa Maria oferece uma esperança nascente de que pelo menos alguns países possam agir rapidamente para fazer a transição de seus sistemas energéticos.

Globalmente, as circunstâncias parecem maduras para uma aceleração em direção às energias renováveis. A guerra entre EUA e Irã e o fechamento do Estreito de Ormuz, e a guerra muito mais longa entre Rússia e Ucrânia, expuseram a instabilidade de um sistema energético dependente de combustíveis fósseis comercializados globalmente, em comparação com as

renováveis que podem ser instaladas e gerar energia perto do local de necessidade. O caso econômico também melhorou à medida que o custo de instalação e compra de energia renovável continua diminuindo em relação aos combustíveis fósseis.

Em meio a esses sinais encorajadores de que a transição para longe dos combustíveis fósseis pode estar prestes a acelerar, surgiram algumas percepções alarmantes sobre o ritmo de mudança necessário para evitar impactos graves das mudanças climáticas. Uma postagem recente do cientista de clima e sustentabilidade Paul Behrens delineia uma posição de boas e más notícias. A tendência decrescente das emissões globais de gases de efeito estufa deslocou as projeções do clima futuro provável de um aquecimento mais extremo para um aquecimento mais moderado de 2,7°C até 2050. No entanto, evidências acumuladas sugerem que pontos de inflexão perigosos nos sistemas terrestres, uma vez considerados como exigindo 5°C de aquecimento, podem ocorrer com apenas 2°C de aquecimento.

Algumas publicações recentes confirmam a sugestão de que parecemos mais vulneráveis a vários pontos de inflexão do que se supunha anteriormente. Um estudo de Valentin Portmann e colegas sugere que trabalhos de modelagem anteriores subestimaram substancialmente a probabilidade de uma desaceleração severa da Circulação de Retorno do Atlântico Meridional (AMOC) até 2100 sob as trajetórias atuais das mudanças climáticas. Uma desaceleração ou mesmo colapso da AMOC produziria mudanças catastróficas nos padrões de precipitação e temperatura no norte da África e na Europa.

A floresta amazônica – um ecossistema de importância global – está sob pressão tanto do desmatamento quanto do aumento das temperaturas. Um artigo de Nico Wunderling e colegas destaca como os efeitos sinérgicos do desmatamento e das mudanças climáticas podem estar empurrando a floresta amazônica para mais perto de uma mudança de bioma. A modelagem de Wunderling sugere que, se o desmatamento aumentasse dos atuais 18% para 22-28%, um aumento da temperatura global de apenas 1,5-1,9°C poderia criar uma cascata que transformaria dois terços da Amazônia em florestas degradadas e savanas.

A elevação do nível do mar é a maior ameaça das mudanças climáticas para pequenas nações insulares e comunidades costeiras. O nível global do mar subiu 10 cm desde 1993 e a taxa de elevação do nível do mar tem aumentado a cada ano. Katharina Seeger e Philip Minderhoud sugerem que a maioria dos modelos anteriores de avaliação de impacto de riscos subestimou substancialmente o impacto potencial da futura elevação do nível do mar. Seeger e Minderhoud estimam que uma elevação de 100 cm no nível do mar até 2100 (no limite superior das projeções do IPCC) resultaria em 31-37% mais área de terra abaixo do nível do mar do que o estimado anteriormente e impactaria diretamente mais 77-132 milhões de pessoas.

Pode ser tentador interpretar excessivamente qualquer momento político ou econômico específico, mas os mais esperançosos entre nós podem arriscar perguntar: "estamos à beira de algo"? Em muitos países, os fatores de atração e repulsa para aposentar os combustíveis fósseis – além de evitar o colapso climático – são fortes: maior estabilidade, independência, menor custo e benefícios diretos à saúde e bem-estar, como ar mais limpo. No entanto, existem escolhas que podem minar o progresso na descarbonização – o desvio de combustíveis fósseis para outros setores, como a produção de plásticos, ou o crescimento de uma indústria global de IA sedenta por energia, são apenas dois exemplos. Ao avaliar as opções de políticas, precisamos cada vez mais considerar nossa proximidade com os pontos de inflexão ambientais. Uma vez considerados riscos futuros distantes, estes agora parecem cada vez mais cenários críveis de médio prazo que precisamos entender para tomar decisões informadas. Se

não virmos esses riscos explicitamente considerados na tomada de decisões, pode ser que os formuladores de políticas estejam simplesmente esperando que eles não ocorram. Isso parece uma estratégia cada vez mais ingênua e inadequada."

Fechando o Panorama Político-Econômico, trazemos um artigo do Instituto Tricontinental publicado no início do mês passado e intitulado "O Futuro". Dividido em três partes (I: Ruptura, II: Construindo o futuro, III: Esperança), o artigo apresenta o futuro como campo de disputa, como possibilidade disruptiva de um presente permanente. O texto está disponível em Português.

"Na linguagem dominante do poder, o futuro é apresentado como uma extensão neutra do presente. É medido em calendários, projetado em curvas de crescimento e gerenciado por meio de previsões. Nessa perspectiva, o futuro não é algo pelo qual se deva lutar, mas algo pelo qual se deve esperar. Chega automaticamente, como a página seguinte de um livro contábil. Essa visão do futuro é profundamente conservadora. Isso pressupõe que as estruturas de exploração, hierarquia e dominação que definem o presente serão simplesmente otimizadas, em vez de derrubadas. Essa visão do futuro é reproduzida por todas as principais instituições da sociedade capitalista — como a mídia, as escolas, as universidades, think tanks e as fundações filantrópicas —, que insistem em slogans vazios sobre mudança, mas, na verdade, pregam o evangelho de que "não há alternativa" ao sistema capitalista que nos sufoca.

Na nossa opinião, o futuro não é uma data no calendário. É um rompimento. Uma ruptura com a ordem existente, uma transformação estrutural das relações sociais, do poder político e das possibilidades humanas. Falar do futuro dessa maneira não é entregar-se à fantasia, mas recuperar uma dimensão da política que foi deliberadamente suprimida: a capacidade de imaginar e construir um mundo fundamentalmente diferente daquele em que vivemos, um mundo que os projetos socialistas e de libertação nacional dos séculos XX e XXI buscaram construir e, mesmo com seus limites, começaram a concretizar. Essa visão rejeita as ideias de continuidade controlada (reformismo) e colapso não planejado (catastrofismo). A classe dominante cria uma série de futuros falsos: mitos do empreendedorismo, do capitalismo verde e da segurança militarizada — mas nada que tenha qualquer conteúdo emancipatório."

Saúde

Em Saúde, nos dividimos entre Cuba, Gaza e Austrália, vendo três lados de um projeto genocida internacional - afinal, qual seria o objetivo final ao se destruir um sistema de saúde e a possibilidades de manutenção da vida?

Em Cuba, vemos a escalada das sanções genocidas dos Estados Unidos contra o projeto socialista da ilha levar a um aumento intenso da mortalidade de infantes e gestantes - que até mêses atrás era praticamente nula, como é mostrado por uma entrevista da Presidente da Sociedade de Ginecologia e Obstetrícia de Cuba, Doutora Couto, a Belly of the Beast.

"Nos últimos dias, organizações da sociedade civil cubana denunciaram o impacto devastador da guerra econômica do governo dos Estados Unidos contra o povo cubano. A doutora Dayana Couto Núñez, presidente da Sociedade Cubana de Ginecologia e Obstetrícia, afirma que a escassez de medicamentos, suprimentos médicos, tecnologia e combustível está afetando cirurgias, ultrassons, exames diagnósticos e a assistência materna. Segundo Couto, a situação está dificultando a detecção precoce de más formações congênitas e o cuidado com bebês prematuros e de baixo peso ao nascer, que frequentemente requerem medicamentos especializados e equipamentos neonatais de alta tecnologia. "Nem nossas mulheres nem nossas

crianças têm culpa", disse ela. "Elas precisam de atendimento médico, medicamentos e recursos de qualidade."

Em Gaza - apesar da visível baixa na cobertura midiática - uma outra frente do genocídio continua.

A expressão mais velada atualmente talvez seja o "Board of Peace" de Trump que, mais de meio ano depois de ter anunciado um acordo de cessar-fogo para encerrar a ofensiva militar de Israel, promoveu nenhuma mudança ou avanço no estabelecimento da paz. Autoridades em Gaza, grupos de direitos humanos e organizações de ajuda estão alertando que, apesar do cessar-fogo nominal, Israel ainda está usando a comida como arma de guerra enquanto famílias palestinas, sem abrigo adequado, estão sendo obrigadas a viver em condições deploráveis e inseguras.

Cerca de 940 pessoas em Gaza foram mortas desde que o suposto cessar-fogo entrou em vigor em outubro de 2025 e aproximadamente um terço dos mortos desde o cessar-fogo foram alvejados perto da chamada linha amarela que demarca quase dois terços do território de Gaza onde as tropas terrestres israelenses permanecem destacadas, de acordo com o escritório de direitos humanos da ONU.

"As informações disponíveis levantam sérias preocupações de que o exército israelense esteja atirando e matando supostos civis simplesmente com base em sua proximidade da chamada linha amarela, o que equivaleria a assassinatos ilegais e, portanto, crimes de guerra", disse Ajith Sunghay, chefe do escritório de direitos humanos da ONU no território palestino ocupado, à Reuters. Os mortos em Gaza também incluem dezenas de policiais civis, muitos mortos enquanto estavam em serviço, enquanto gangues armadas apoiadas por Israel tentam minar as tentativas das autoridades em Gaza de manter a ordem civil. Israel também assassinou os líderes da ala militar do Hamas em suas próprias casas, junto com seus familiares, bem como o filho do principal negociador do Hamas.

Somente em abril, pelo menos 111 pessoas, incluindo 18 crianças e sete mulheres, foram mortas em ataques aéreos israelenses, bombardeios de artilharia, ataques de drones e tiros em Gaza."

O silêncio da mídia encontra a constante respostas de grupos organizados em defesa da soberania Palestina.

Entre eles, o grupo de estudantes de Gaza participou de um intercâmbio internacional virtual, com as conversas e palestras teóricas sobre saúde sendo atravessadas realidades vividas onde o acesso a cuidados, eletricidade, água limpa e segurança não eram determinantes abstratos, mas incertezas diárias.

Em Gaza, dois milhões de pessoas estão presas numa estrutura que objetiva destruir toda e qualquer possibilidade de manutenção da vida, com bombardeios, escuridão e escassez. Hospitais operam sem eletricidade; medicamentos são bloqueados ou quase impossíveis de encontrar. O acesso à água limpa é um privilégio.

"Nosso intercâmbio reuniu estudantes de Gaza com outros de diferentes países. As discussões sobre saúde foram além da teoria, refletindo realidades onde os determinantes sociais da saúde não são conceitos abstratos, mas condições imediatas que moldam a sobrevivência. Tornou-se cada vez mais aparente que a verdadeira conscientização não deve significar simplesmente saber que a guerra existe, mas também questionar como a opressão

desmantela a saúde, a dignidade e qualquer senso de vida normal – e até mesmo o menor ato de viver se torna resistência. Mesmo depois de construir esse tipo de conscientização, a questão permaneceu: o que as pessoas farão com a informação que recebem?”

Na Itália, vemos os trabalhadores dos Portos novamente mostrando a verdadeira cara do proletariado ao gritarem “Nós não carregamos a morte” ao se negarem a transportar armas para as embarcações e que tem como objetivo “Acabar com a economia da guerra”.

Para encerrar nosso informe com uma boa notícia: as enfermeiras australianas reverteram a privatização de um hospital!

“Em abril de 2026, o Hospital Northern Beaches retornou à administração pública — encerrando oito anos de privatização fracassada e validando mais de uma década de campanha do Sindicato das Enfermeiras e Parteiras de Nova Gales do Sul (NSWNMA). A reversão é significativa: é uma evidência concreta de que as parcerias público-privadas na saúde fracassam e que a pressão sindical pode forçar os governos a agir.

Em 29 de abril de 2026, o Hospital Northern Beaches (NBH) em Sydney foi oficialmente transferido para a propriedade pública sob o sistema de saúde de Nova Gales do Sul. Para o NSWNMA, esse momento foi o resultado de mais de uma década de organização sustentada, campanhas e advocacy. O sindicato começou a lutar contra a privatização do Hospital Northern Beaches há 13 anos, quando alertou o governo anterior da coalizão conservadora que sua parceria público-privada com a Healthscope seria prejudicial para a população da região Northern Beaches. O sindicato fez campanha longa e dura contra a administração e propriedade privadas do hospital, realizando protestos do lado de fora do hospital, bem como nos antigos locais dos hospitais Manly e Mona Vale.

O sindicato já havia vencido batalhas semelhantes em outros lugares. O NSWNMA derrotou os planos de privatização da coalizão conservadora para cinco hospitais regionais — Bowral, Wyong, Goulburn, Maitland e Shellharbour — mas a privatização do Northern Beaches foi adiante. A trágica morte de Joe Massa, de dois anos de idade, em setembro de 2024 no hospital, trouxe as falhas do hospital para o foco público agudo. Seus pais se tornaram defensores incansáveis da transição para a propriedade pública. Um relatório do Auditor-Geral constatou que o modelo de privatização não permitiu que o NBH fornecesse serviços de saúde adequados e criou tensão entre os motivos de lucro e os resultados de saúde.

O governo de Nova Gales do Sul comprou o hospital, de 494 leitos, por 190 milhões de dólares em outubro de 2025. E, finalmente, em abril de 2026, o hospital foi formalmente trazido de volta ao sistema público. "Estamos aliviados que este marco finalmente chegou, depois de levantarmos preocupações sobre pessoal e segurança no Hospital Northern Beaches por anos. Nosso sindicato começou a lutar contra a privatização do NBH há 13 anos, quando alertamos o governo anterior da coalizão conservadora que esta parceria público-privada seria prejudicial para o povo da região Northern Beaches. Hoje é uma oportunidade não apenas para celebrar o hospital voltando às mãos públicas, mas também para reconhecer que isso nunca deveria ter ocorrido em primeiro lugar", disse Michael Whaites, Secretário-Geral do NSWNMA.

Katrina Bough, Secretária-Geral Adjunta do NSWNMA, disse que as enfermeiras e parteiras que trabalham no Hospital Northern Beaches lutaram longa e arduamente por essa vitória, defendendo o cuidado seguro ao paciente e serviços de saúde de qualidade. "Elas nunca desistiram da luta para tirar o hospital das mãos privadas", disse Bough. "Nossas membros também defenderam fortemente que seus direitos fossem mantidos, e a recente decisão

tributária sobre a transição das férias anuais foi uma importante vitória sindical para enfermeiras e parteiras." Ela informou que a equipe agora espera que suas condições melhorem, incluindo a implementação de proporções enfermeiro-paciente como as de seus colegas de hospitais públicos, o que levará a um local de trabalho mais seguro e cuidados de qualidade.

Há evidências esmagadoras de que as parcerias público-privadas não são o modelo certo para fornecer serviços públicos de saúde à comunidade. A vitória em Northern Beaches se soma a esse corpo de evidências — e ao argumento de que, quando os sindicatos se organizam consistentemente e continuam a defesa, a privatização pode ser revertida.”